



**Distribuidora de Medicamentos  
e Materiais Hospitalares**

**BH FARMA COMÉRCIO LTDA.**

Rua Simão Tamm, 257 – Cachoeirinha  
CEP: 31130-250 - Belo Horizonte - Minas Gerais

**Tel/Fax: (0xx31) 2122.9400 - Televentas: 0800.701.87.97**  
**CNPJ: 42.799.163/0001-26 Insc. Est.: 062.805.900-0038 Insc. Mun: 395.486/0001-7**

Geral: [licitacao@bhfarma.com.br](mailto:licitacao@bhfarma.com.br)  
Empenhos: [empenhos@bhfarma.com.br](mailto:empenhos@bhfarma.com.br)  
Compras: [gilson@bhfarma.com.br](mailto:gilson@bhfarma.com.br)

Licitação: [licitacao@bhfarma.com.br](mailto:licitacao@bhfarma.com.br)  
Licitação: [editais02@bhfarma.com.br](mailto:editais02@bhfarma.com.br)  
Licitação: [pregaoeletronico@bhfarma.com.br](mailto:pregaoeletronico@bhfarma.com.br)

**À Prefeitura Municipal de Extrema – MG**

**Comissão de Licitação**

**Ao Sr.(a) Ilustre Pregoeiro (a)**

Referente ao Pregão Presencial 112/2023

### **IMPUGNAÇÃO**

A empresa **BH FARMA COMÉRCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Simão Tamm 257, Bairro Cachoeirinha, CEP: 31130-250 nessa capital, inscrita no CNPJ sob o N. 42.799.163/0001-26, Inscrição Estadual sob o N. 062.805.900-0038, no seu representante Legal a **Dra. Larissa Ferreira Gonçalves dos Reis**, inscrito OAB/MG 213.010, vêm respeitosamente, por meio dessa, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO** do presente Edital, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

## **I – DA TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente, comprova-se a tempestividade da impugnação, dado que a sessão pública eletrônica este prevista para 01/09/2023, tendo sido cumprido o prazo pretérito de 03 (três) dias úteis previsto no artigo 164, parágrafo único da Lei. 8.666/93 e artigo 24 do Decreto Federal nº 10.024.

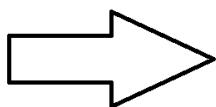
Desta forma impõe-se a análise, e acolhimento das razões e provimento final da impugnação, tendo em vista que a mesma está sendo apresentada dentro do prazo estabelecido, nos termos do edital e da legislação vigente.

## **II – OBJETO DA LICITAÇÃO**

O Pregão Presencial tem como objeto o registro de preços para eventual aquisição de medicamentos sem saldo e frustrados nos processos número 187/2023 e 193/2023, desde que de acordo com as especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

## **III - FUNDAMENTO PARA IMPUGNAÇÃO**

- **O tópico a ser demonstrado nesta impugnação, se refere à Validade dos produtos no ato da entrega, conforme no item 15.5.2.1**



15.5.2.1 Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto e umidade; sem inadequação de conteúdo e identificadas às condições de temperatura exigida em rótulo, e com número de registro emitido pela ANVISA na embalagem, entregues com prazo equivalente a, no mínimo 75% de sua validade, contados da data de fabricação;

O prazo mais comum é de 12 (meses) a contar da entrega, ou seja, 50% de validade período em que os órgãos da Administração conseguem entrar os produtos para o consumo dos cidadãos, portanto, sugere-se o prazo de validade dos produtos de **50%** a contar da entrega.

Inclusive essa tem sido a conduta adotada por órgãos que demandam quantidades relevantes, como a Secretaria de Saúde de Minas. Conforme pode ser extraído no Edital Publicado no mês de MAIO/2023, pregão 36/2023 determina:

**9.2. Condições de entrega:**

9.2.1. Os medicamentos deverão ser entregues com prazo equivalente a, no mínimo, cinquenta por cento de sua validade, contado da data de fabricação, e possuir prazo de validade mínimo de nove meses na data de entrega, conforme determina o art. 8º, inciso I do Decreto Estadual 47.930/2018.

Ao solicitar validades acima de 50% como o caso em tela, que solicita 75%, estaria atribuindo a esta fornecedora a responsabilidade do estoque do Município. Ademais, sabemos que as compras são para atendimento a toda população que carece dos produtos em caráter emergencial. Chega a ser uma contradição os órgãos públicos solicitarem medicamentos para serem entregues em 10, 15 dias, para depois ficarem em suas prateleiras 16, 18 meses.

A entrega de produtos com vida útil de 50%, seria por exemplo, respeitando 12 meses de validade. Prazo mais do que considerável para armazenamento, dispensação e utilização do insumo pelo paciente.

## **IV – DOS DIREITOS**

De acordo com o § 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8.666/93, é vedado aos agentes públicos:

“I – Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos da convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante par o específico objeto do contrato”.

EM REGRA, O PRAZO DE VALIDADE É DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA EXIGÊNCIA QUE POSSUI LEGITIMIDADE, VISTO QUE NESTE PERÍODO PODE A ADMINISTRAÇÃO ENTREGAR OS MEDICAMENTOS À POPULAÇÃO SEM PREJUÍZO DE QUEM QUER QUE SEJA.

Como é cediço, então, o objeto da licitação é possibilitar a participação do maior número de licitantes de todo o território nacional. Desta forma, o edital deve estabelecer condições razoáveis para possibilitar a concorrência como forma de ser respeitado o Princípio a Livre Concorrência como forma de ser respeitado o Princípio da Livre Concorrência.

Nesse sentido é importante a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“No § 1º, INCISO, DO MESMO ATIGO 3º ESTÁ IMPLÍCITO OUTRO PRINCÍPIO DA LICITAÇÃO, QUE É O DA COMPETITIVIDADE DECORRENTE DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA: É VEDADO AOS AGENTES

PÚBLICOS,"ADMITIR, PRVER, INCLUIR OU TOLERAR, NOS ATOS DE CONVOCAÇÃO, CLÁUSULAS OU CONDIÇÕES QUE COMPROMETAM, RESTRINJAM OU FRUSTREM O SEU CARÁTER COMPETITIVO E ESTABELEÇAM PREFERÊNCIAS OU DISTINÇÕES EM RAZÃO DA NATURALIDADE, DA SEDE OU DOMICÍLIO DOS LICITANTES OU DE QUALQUER CIRCUSTÂNCIA IMPERTINENTE OU IRRELEVANTE PARA O ESPECÍFICO OBJETO DO CONTRATO".

Por conseguinte, devem estar transcritas as melhores doutrinas a respeito dos supracitados princípios, os quais são inerentes a todo o processo licitatório:

Do amplo acesso à licitação (competitividade), segundo a melhor doutrina de Marçal Justen Filho:

"Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação".

Inclusive, o STJ já decidiu a esse respeito expondo que:

"As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa".

(MS nº 5.606/DF, Rel. Min. José Delgado., DJU  
10.08.1998).

**Da Economicidade**, conforme a lição do mesmo autor:

“Em suma é imperioso a administração ter consciência, ao elaborar um edital, que todas as exigências anômalas e extraordinárias, todos os privilégios a ela assegurados elevarão os custos da transação, refletindo-se sobre as propostas apresentadas pelos particulares. Quanto maiores os benefícios reservados pela administração a si própria, tanto maior será o preço a ser pago aos particulares. Assim se passará em virtude de mecanismos econômicos de formação de preços”.

E por fim, da Finalidade, citando-se a obra de Diógenes Gasparini:

“Duas são as finalidades da licitação. De fato, a licitação visa proporcionar, em primeiro lugar, às pessoas a ela submetidas, a obtenção da proposta mais vantajosa ( a que melhor atende, especialmente, em termos financeiros aos interesses da entidade licitante), e, em segundo lugar, dar igual oportunidade aos que desejam contratar com essas pessoas, consoante estabelecer o art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93”.

Assim, no edital há que constar um prazo de validade dos medicamentos compatível com o mercado, que tem como regra geral o prazo de 12 meses a contar da entrega do produto.

Vale ressaltar novamente que essa mudança não causará qualquer prejuízo à Administração.

## **V – DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, a Impugnante requer e aguarda o total acolhimento da presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO para:

**- Alterar no edital o prazo de validade dos medicamentos para 50%.**

Termos em que pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 23 de Agosto de 2023.

---

Larissa Ferreira Gonçalves dos Reis  
OAB/MG 213.010  
ADVOGADA